



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 13 DE DEZEMBRO DE 2005

N.º 3489

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo e Francisco Viga.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

Sem Partido - Ronald Polanco

**89ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA****Realizada em 13 de dezembro de 2005****Presidência: Deputados SÉRGIO OLIVEIRA, DINHA
CARVALHO e HELDER PAIVA****Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do **PSDB**; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do **PP**; DELORGE CAMPOS do **PSB**; DINHA CARVALHO do **PL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; RONALD POLANCO **Sem Partido**.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício n. 153/Ce/2005, do Chefe de Cartório da 9ª Zona Eleitoral do Estado do Acre, Harlem Moreira de Souza, enviando folha de ponto das servidoras Maria do Socorro Celestino Rodrigues, Neila Maria Rodrigues Américo e Edyney Ribeiro Wolter, ora a disposição do Cartório Eleitoral da 9ª Zona, referente ao mês de novembro de 2005;

Ofício n. 220/2005-CHC, da Chefe de Cartório da 1ª Zona Eleitoral, Graciela Mª Souza Passos Gonzaga, enviando folha de ponto da servidora Maria Zenaide D'Ávila de Paula, do quadro deste órgão, ora prestando serviço naquele Juízo, referente ao mês de novembro de 2005;

OF.GAPRE n. 1.721/2005, do Presidente do Poder Judiciário do Estado do Acre, Desembargador Samoel Evangelista, solicitando a possibilidade de colocar à disposição daquele Poder, com ônus para a origem, a servidora Gisélia Nascimento da Silva, para ser lotada no Gabinete do Desembargador Pedro Ranzi;

Ofício/DPDG/n. 291/2005, da Diretora Geral da Defensoria Pública do Estado do Acre, Cleuma queiroz e Moraes, enviando Ficha de Frequência da servidora Maria Miranir Correia Matos, referente ao mês de novembro;

Ofício n. 859/2005/CMPRL-Anatel, do Gerente de Autorização de Uso de Radiofrequência e Licenciamento de Estações, Hélio Godoy de Avellar, em atenção ao Ofício n. 442/2005/GABP;

Ofício-Circular n. 12/2005/SFA-AC, do Superintendente da SFA-AC, Francisco José Gomes de Oliveira, encaminhando materiais de divulgação sobre o agronegócio brasileiro, produzido pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Ofício n. 1 163/GDPG/2005, da Defensora Pública Geral, Angélica Maria Silveira Gouveia Lopes, em atenção ao OF/n. 632/2005, de 23 de novembro de 2005;

Projeto de Lei Complementar n. 16/2005, de autoria do Poder Executivo, o qual “Modifica dispositivos da Lei Complementar n. 8, de 18 de julho de 1983;

Projeto de Lei n. 184/2005, de autoria da Mesa Diretora, o qual “Autoriza o Poder Executivo, a alienar os bens móveis inservíveis e os antieconômicos ao uso da Administração”.

Pequeno Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero parabenizar a Casa Rosa Mulher pelo prêmio recebido. Aquela casa foi criada a partir da reivindicação de um movimento de mulheres quando o Governador Jorge Viana era Prefeito.

Ali é um centro de referência para mulheres vítimas de violência, onde são oferecidos cursos e também outras questões relacionadas à mulher.

A Casa Rosa Mulher estava concorrendo a um prêmio com mais de trezentas instituições no Brasil todo. Dentre essas trezentas, apenas vinte e sete foram selecionadas e eu soube agora pela Raimundinha,

que trabalha conosco e também ajuda àquela instituição, que aquela nossa Instituição, aqui do Acre, ficou em primeiro lugar. A Rose Escalabrini é a Coordenadora da Casa Rosa Mulher e a Filó que é quem coordena toda parte do projeto, receberão o prêmio das mãos do Presidente da República. Com certeza a Deputada Federal Perpétua Almeida deverá estar lá, incentivando. Eu também gostaria de estar lá e tenho certeza de que as Deputadas Antonia Sales e a Dinha Carvalho também. Eu gostaria de, em nome da Mesa Diretora, dos Deputados e especialmente das três Deputadas deste Poder, encaminhar uma carta, fazer uma Moção honrosa àquela Instituição, mas como não dá para aprovarmos agora, faremos depois. Queremos parabenizar a Casa Rosa Mulher por esse prêmio.

O interessante é que, particularmente, eu considero as administrações dos ex-Prefeitos Mauri Sérgio e Isnard Leite desastrosas, mas mesmo durante essas gestões, a Casa Rosa Mulher manteve seu projeto com a mesma visão, a mesma luta. Apesar das deficiências das duas últimas administrações municipais, aquela Casa não perdeu o rumo. Agora está sendo administrada por pessoas de outros grupos, mas com a mesma visão.

A diferença da administração feminina é justamente essa: para nós independe do partido, independe da administração; se o projeto é bom soma-se. Já os homens têm mais dificuldades de fazer essa política. Por isso que, a nível nacional, nós temos o grupo do pessoal do batom, que são as mulheres que têm uma plataforma de luta. São mulheres do PFL, do PMN, do PC do B, do PT e de todos os partidos. Desde o início do mandato nós nos unimos sobre essa plataforma para definirmos o que vamos defender, independente das nossas questões partidárias. Pelo contrário, essas questões nos unem ainda mais. Essa nossa maneira de fazer política deveria ser um grande ensinamento para os homens.

Aqui mesmo, na Assembléia, temos feito isso. A Deputada Dinha do PL, a Deputada Antonia Sales do PMDB, e eu do PT, independente dos nossos partidos nos unimos em prol de bandeiras que consideramos valiosas para nós, enquanto mulheres.

Temos muitos companheiros solidários. É importante dizer que, aqui na Assembléia Legislativa, nós contamos com homens solidários que são verdadeiros companheiros. Para nós, essa questão de gêneros só nos une.

Então, em nome da Mesa Diretora, das Deputadas Dinha Carvalho e Antonia Sales e eu, quero parabenizar à equipe da Rose Escalabrini e da Filomena, mulheres dedicadas, e dizer que elas devem continuar esse trabalho de referência que é a Casa Rosa Mulher.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO (Líder do PDT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente eu gostaria de me congratular com a equipe do Jornal Página 20, que de forma inédita, alvissareira e justa, conseguiu arrebatar todos os prêmios do concurso “José Chalub Leite”, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas e dizer aos demais Jornais que é assim mesmo, conformem-se.

Eu não gostaria de fazer, talvez o meu último discurso nesta Assembléia este ano, denunciando mais uma bandalheira do Governo da Floresta. Confesso que fiquei até animado quando sua Excelência, o Senhor Governador, reuniu a Imprensa, principalmente a que lhe concede esses generosos espaços para dar boas novas ao povo acreano, para anunciar que o ICMS do trigo seria reduzido a zero, de sorte que as pessoas mais carentes pudessem adquirir um pãozinho por um preço mais baixo, dado que não se pagaria mais o imposto.

O pão tem valor para todos, o pão é sagrado. É comida do pobre e do rico. Certamente ele é muito mais substancial na mesa das pessoas mais carentes. O rico talvez se conforte mais com um carro, com uma motocicleta, com um telefone celular. E eu fiquei tentando descobrir qual o nome que eu daria para este Decreto e achei que o melhor nome seria: Decreto Roberto Moura, em homenagem a um empresário que se agigantou dentro do Governo. Também poderia ser denominado: Decreto Macarrão Tainá que, por uma feliz coincidência, é de um militante do PT.

O Decreto vem contemplar as indústrias de panificação, biscoito e de macarrão.

Quem assiste as propagandas deve ter conhecimento de que o Senhor Roberto Moura compra toda a produção da fábrica Miragina e é seu revendedor exclusivo. Portanto, foi beneficiado: O dono do macarrão Tainá, que é quem tem o monopólio da merenda escolar, também foi beneficiado.

Deputado Nogueira Lima, por esse Decreto, o contribuinte tem que comprar o trigo direto da fábrica. Portanto, quatro mil panificadoras de bairros, aquelas pessoas que usam o trigo para fazer o pão caseiro, para ter uma fonte de renda, ficaram de fora. Porque como eles não têm condições de comprar direto da fábrica, visto que ela não vende duas sacas, três sacas ou meio pacote de trigo, pois só vende carreta fechada, com isso ficaram de fora a maioria das panificadoras dos

bairros de Rio Branco, porque para ser beneficiado por este Decreto, a pessoa tem que comprar direto do moinho e é preciso ter inscrição na SUFRAMA, na Junta Comercial e na Secretaria da Fazenda.

As panificadoras do bairro seis de agosto não compram direto da fábrica porque não são cadastradas. Com o desemprego nesses índices, algumas pessoas sobrevivem do pão caseiro, outros de bolo, mas, infelizmente, não serão beneficiadas por esse Decreto. Só quem poderá usufruir é o Senhor Roberto Moura que tem o monopólio dos produtos Miragina e o empresário do Macarrão Tainá.

Os distribuidores daqui, como o Valdir Speroto, Atacadão Rio Branco, o Torqueto, que tem nas suas carteiras mais de quatro mil clientes que compram uma saca, duas, três ou meia saca de trigo ficarão de fora. Talvez a intenção do Governo seja excluí-los do mercado para que o Senhor Roberto Moura, que já tem a exclusividade de algumas distribuições, passe a ter o monopólio e inclusive o poder de assinar Decretos.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o debate que o Deputado Luiz Calixto levanta aqui, ele conhece muito bem, porque trabalhou na Secretaria da Fazenda do Estado e eu já trabalhei em panificadora, durante 4 anos e sei que o maior acionista se chama Roberto Moura, inclusive, na propaganda dessa empresa aparece o nome da RECOL.

Senhor Presidente, só no bairro 6 de agosto tem oito padarias, não panificadoras. Então, essas oito vão ser prejudicadas, porque elas compram no Atacadão Rio Branco.

Há dois meses se a Imprensa ou os Senhores Deputados prestarem atenção, as Polícias Federal, Civil e Militar estão trabalhando em conjunto. Esse trabalho passou a ser feito após a prisão daquele traficante vagabundo, Eudo Lustosa. Então, quem foi que já viu, há dois ou três anos, tantas apreensões de cocaína em nosso Estado? Isso está acontecendo, porque bocas de fumo foram denunciadas, mas isso aconteceu, após a detenção desse cidadão, que antes o problema era esquecido. Mas depois disso está acontecendo uma devassa. Inclusive, foi pego 125 kg de drogas no Aeroporto de Cruzeiro do Sul.

No bairro 6 de agosto já está com duas vezes que apreendem 30 kg de drogas, no Bairro Areal do mesmo jeito. De onde está vindo essas informações assim tão repentinamente, apenas há dois meses? E ninguém está prestando atenção. Então, na minha opinião, quem está entregando todo mundo é o Eudo. E nós ainda não sabemos para quem era aquela cocaína. Estão fazendo uma devassa em todo o nosso Estado, pois todos os dias saem notícias de que a Polícia Federal está nos bairros, Deputada Antonia Sales, vasculhando casa por casa e prendendo um monte de traficantes. Isso era para ser feito todos os meses, pelo menos, em cada bairro. E hoje é que estamos vendo isso.

Sobre o caso Eudo Lustosa todo mundo acabou ficando calado; até hoje ninguém sabe quem foi que deu a passagem para o Eudo ir para Goiânia. Há informações, Deputado Tarcísio, de que quem deu a passagem para o Eudo foi o TFD. Agora vocês imaginam, Deputado Chagas Romão, o TFD dando passagem para um traficante transportar maconha, enquanto o nosso povo espera de dois a cinco meses para fazer um tratamento fora do Estado. Inclusive, Deputado Pe. Valmir, em Goiânia todos sabem disso, dizem que o rapaz responsável pelo TFD aqui do Estado foi afastado. Eu não procurei saber se isso é verdade, mas soube que ele ficou entre a cruz e a espada, pois era considerado um santinho. Será que demitiram o cidadão? Acredito que não. Acho que ele ainda está no TFD. Pode não ser que não esteja na mesma função, mas está lá.

Será, Deputado Calixto, que as informações de que o fax, autorizando as passagens do Eudo pelo TFD, não passavam de boatos? Nós descobrimos, inclusive, freqüentemente o Eudo ia a Goiânia. Eu não sabia disso. Estranho, até porque ele não tinha como comprar as passagens.

Eu já ouvi comentários de que a Deputada Naluh quer implantar a CPI da prostituição. Eu acho que quando nós voltarmos do recesso, devemos aprovar essa CPI e investigar também o tráfico de drogas no nosso Estado, porque está um absurdo. Eu já vinha falando isso e agora a Polícia Federal está mostrando a realidade. Talvez esteja trabalhando com informações do seu Eudo.

(Sem revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores no Salão do Povo, o que me traz à tribuna é para falar sobre três assuntos; mas depois da fala dos Deputados Luiz Calixto e Nogueira Lima, eu não poderia deixar de participar deste debate sobre a questão do imposto que foi colocado aqui em discussão.

Primeiro, vou falar sobre o prêmio que esta Casa recebeu na pessoa do Presidente Sérgio Oliveira, ontem, em Manaus, uma Medalha de Honra ao Mérito Legislativo, oferecido pelos políticos do Estado do Amazonas, que homenageia todas as pessoas que contribuíram para a melhoria da nossa sociedade. Então, quero deixar registrado que me senti honrado em ver o Presidente deste Poder, representando a todos os Deputados ao receber esta medalha. Portanto, quero aqui transmitir isso aos Senhores Deputados e aproveitar este momento para homenagear e fazer um reconhecimento ao nosso Presidente por ter conseguido este mérito.

O outro assunto é sobre um convite que, possivelmente, todos os Senhores receberam para participar de uma atividade juntamente com a Imprensa e os estudantes dos três cursos de jornalismo, envolvendo um debate sobre a questão Mídia e Segurança, com um jornalista de renome, conhecido em todo o Brasil, que, inclusive, já trabalhou na folha de São Paulo.

Quando ainda Secretário de Segurança Pública, em muitos momentos, tive todo o apoio da Imprensa nas ações daquela instituição, mas acho que essa categoria pode melhorar muito. E com o meu mandato estou proporcionando esse debate com uma pessoa especializada, que já trabalhou como jornalista, cobrindo a área criminal. Então, tenho certeza que hoje à noite nós vamos estar fazendo uma boa discussão que irá contribuir, cada vez mais com a cobertura jornalística e o enfoque que a Imprensa dá à segurança pública em nosso Estado. Então, estou convidando todos os Deputados a participarem deste debate.

Gostaria de responder às observações feitas pelo Deputado Luiz Calixto, mas acho que não terei muito tempo, porém sobre a questão do Decreto do Governador, com relação a isenção do ICMS, gostaria de ressaltar. Mas como o Deputado Luiz Calixto, infelizmente, não está presente, o Senhor Deputado Nogueira Lima transmitirá isso a ele.

Os Senhores esqueceram de ler o Decreto que diz que o imposto será reduzido em 100% para aquelas pessoas que comprarem sacos de 50kg, adquiridos diretamente de moinhos, quando destinados à indústria de panificação como: biscoitos e macarrão. Então, no meu entender, ele está abrangendo todo mundo. Eu gostaria de chamar a sua atenção, Deputado Nogueira Lima, a respeito do que é o ICMS, que é o imposto que é pago pelo consumidor; então, empresário nenhum paga essa taxa, quem paga é o consumidor. Portanto, não estão beneficiando ninguém, na verdade esse decreto beneficia o consumidor dos derivados do trigo: o pão, o macarrão e a bolacha. É isso que nós precisamos compreender.

Fico até admirado que o Deputado Luiz Calixto, que diz trabalhar há 23 anos nesta área, não sabe sobre essa regra básica do Direito Tributário; quem paga o imposto de circulação de mercadoria é o consumidor e não o empresário. O empresário apenas recolhe e repassa para o poder público esse ICMS. Portanto, o Governador isentou o ICMS para baixar o preço do pão e do macarrão em nosso Estado, para tornar as nossas empresas mais competitivas com os produtos de outros Estados.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, Senhores do Salão do Povo, O Deputado Luiz Calixto que é um Deputado atuante, mas precisa ser contagiado pelo espírito natalino. Nós estamos no final do ano e não devemos mais proferir expressões como: mais uma bandalheira do Governo da Floresta! Isso não cabe mais, pois dá a impressão de que V. Exª. está com ciúmes dos feitos que o Governo tem conseguido realizar.

Sabemos que houve um período em que o nobre colega era chefe da fiscalização da Secretaria da Fazenda, nomeado pelo Governador da época e não conseguiu incentivar as padarias a vender pão mais barato. Nós conseguimos. Mas não tem problema. Quero inclusive convidá-lo, como líder da Oposição, e a sua bancada para participar de uma reunião com os donos de panificadoras hoje a tarde, porque o Decreto tem uma regulamentação e estão discutindo isso em conjunto, porque a decisão do Governo é de beneficiar o atacadista que comprar o trigo no moinho e vende para a panificadora e não o que compra para revendê-lo nos botecoins.

O Senhor sabe Deputado Luiz Calixto, que todo decreto tem uma regulamentação, por isso estou convidando-o para a reunião, porque V. Exª. disse que esse será o “Decreto Roberto Moura”. Eu sei que V. Exª. tem um problema com o Roberto Moura e acredito que seja político e não pessoal. Porém, o Senhor não deve trazer esse problema para o nosso debate, porque eu já ouvi o Senhor afirmar que botava a mão no fogo pelo empresário Roberto Moura. Isso aconteceu no seu primeiro mandato. Está nos Anais da Casa. Inclusive éramos nós dois defendendo-o. Agora o Senhor é contra ele. São coisas da política e eu respeito. Então Deputado, não diga que esse Decreto não vai beneficiar as panificadoras, porque vai. Estará beneficiando a Miragina sim, porque é para beneficiar.

Nós devemos prestigiar à Miragina. Uma família que teve a coragem de montar uma fábrica aqui. De lutar contra aqueles que queriam impedir. Queremos que o Governo compre bolacha da Miragina para merenda escolar. E se não tiver um incentivo como este, vamos comprar bolacha das fábricas de Rondônia, Mato Grosso, etc. Nós temos que cuidar da prata da Casa, e V. Exa. não pode ser contra a Miragina, assim como não pode ser contra a indústria de macarrão que está se instalando aqui no Estado. O nosso governo está se especializando em proteger aqueles que querem investir no Estado, e se nós pudermos criar barreiras para os outros estados vamos criar.

Vender carros usados, por exemplo, era um problema, mas nesse Decreto há incentivos para quem vende carros usados, porque estão se instalando aqui, criando empregos, isso é saudável. Eu estranho sua atitude porque anormal é ser contra essa ação do Governo e por isso é que estou convidando-o, sem nenhuma ironia, para participar e colaborar com suas idéias e críticas dessa reunião hoje à tarde com o Secretário da Fazenda.

Esperamos que todos sejam beneficiados, porque o nosso Governo está ajudando os mais pobres. A beneficiadora de trigo que fica mais distante do Acre será contemplada com esse Decreto. O Roberto Moura e a Miragina também. Quem investe no Acre vai ser beneficiado.
(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acho que deve ter o Grande Expediente Deputado Edvaldo, até porque nós só vamos votar na Ordem do Dia. Aqui no Decreto tem: “adquirida de moinhos”. Deputado Edvaldo, isso tem que mudar. Deputado Fernando Melo, tem que mudar essa redação. Tem que ter um representante que repasse para os pequenos. Nós não somos contra a Miragina. Eu sou um admirador. Um fã da Miragina, e o Abraãozinho e as pessoas de lá sabem disso. Para nós a melhor bolacha da Região Norte é a da Miragina, e nós temos que incentivar sim, mas não só os grandes, deixando os pequenos, Deputada Naluh, isso eu não aceito. E aqui nesse Decreto está escrito: “diretamente de moinho”. Porque existe um representante, Deputada Naluh, e esse representante vai ser isento, e os demais não, é isso o que está aqui no Decreto, Senhor Presidente.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Tarcísio Medeiros, se o Secretário da Fazenda e o Governador Jorge Viana reunirem novamente a indústria de panificação, o sindicato, as pequenas padarias e colocarem aqui “adquirida de moinhos e internamente de distribuidores”, eles corrigem a proteção que eles deram a uma fatia muito pequena. O Deputado Edvaldo Magalhães é um Deputado competente, inclusive, para confundir e discutir. Aqui, quando eu falo que beneficiou, o Roberto Moura é porque beneficiou mesmo. Quando eu digo que beneficia os grandes supermercados é porque beneficiou os grandes supermercados. Quando eu falo aqui que a fábrica de macarrão de um aliado do PT também foi beneficiada, é porque foi. Eu não estou aqui dizendo que sou contra a indústria local, é porque os grandes foram beneficiados e por que não estendem os benefícios às pequenas panificadoras e às pequenas padarias? Deputado Edvaldo Magalhães, como sugestão, meu amigo Deputado Tarcísio Medeiros, o que se regulamenta é lei, Decreto tem alta aplicação a não ser que haja uma inovação do Governo da Floresta que vá fazer o regulamento, na verdade se cometeu uma gafe. Então vocês pensavam que não seria descoberta mais essa faceta de vocês, paciência.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS – EM APARTE) – Obrigado Deputado Tarcísio, o Deputado Calixto já explicou o que pode acontecer e dizer que o Deputado Edvaldo Magalhães é o defensor do Governo, ele tem que fazer o papel dele, ele tem que defender o indefensável, porque está aí, está escrito aí no Decreto, o empresário tem de comprar diretamente do moinho. Como vão ficar os nossos companheiros, lá da 6 de Agosto, como o Jamil, que o Deputado Sérgio Oliveira conhece, como ele vai abater o ICMS? Ele vai ser beneficiado como? Eu quero que o Governo do Estado faça o seguinte reúna todo mundo e quando esse Decreto entrar em vigor, porque se reduziu o imposto, vai reduzir o preço da farinha também Deputado. Então, eu quero que o Governo faça isso, se é real o discurso do Deputado Edvaldo Magalhães que vai beneficiar, então que o quilo da farinha do trigo do nosso Estado baixe. Eu vou verificar isso, porque lá na 6 de Agosto existem vários amigos meus e eu quero ver se eles foram beneficiados. Eu pago para ver se esse Governo vai fazer isso, se vai beneficiar os pequenos. Vai beneficiar sim, os grandes, porque o grande não repassa. Nunca vi isso, repassar para o pequeno produtor, para o pequeno

comerciante. Não repassa, não existe isso, ele vai inventar mil e uma coisa para dizer que a farinha é a mais cara do Brasil, agora se a farinha baixar, se o Governo fizer isso e garantir as quatro mil padarias que nós temos no nosso Estado vai baixar, aí o Deputado Edvaldo Magalhães está com a razão.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Nesse um minuto que falta, quero fazer um apelo aqui ao meu amigo Líder do Governo. Em Porto Acre no Projeto Tocantins, existe uma parte do riozinho de aproximadamente sessenta e poucos metros e lá tem mil famílias, Deputado Edvaldo Magalhães. Nesse Projeto Tocantins estivemos reunidos eu, moradores e o representante do Incra que disse: “repassei milhões para o Governo do Estado”. Para fazer o quê? Comprar o diesel e fazer as pontes dos Projetos de Assentamento e agora Deputado Edvaldo Magalhães ainda há condições de se fazer aquela ponte. Mas o Incra e o representante do Governo lá no município falaram várias vezes que iriam fazer e até então não fizeram, Deputado. Vamos fazer um esforçozinho para que o Governo faça aquela ponte, com a nossa ajuda, eu contribuo também, mas não se pode deixar aquelas pessoas isoladas.
(Com revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, toda vez que eu faço uma denúncia contra o Governo o Deputado Edvaldo Magalhães resgata o período em que eu apoiava este Governo. Eu apoiei e não nego. Muitas vezes eu até coloquei o meu mandato a sua disposição, porém, hoje eu não coloco mais. Naquele tempo não havia mensalão, caixa dois, Delúbio, Silvinho Pereira, as bandalheiras do superfaturamento das estradas, dinheiro na cueca, Boeing lotado de camisetas. Então passemos, Deputado Edvaldo Magalhães, para outra fase.

Com relação ao Decreto que foi assinado no dia 29 de novembro deste ano, hoje já são 13 de dezembro, eu não tenho conhecimento de nenhuma panificadora e supermercado neste Estado que tenha baixado o preço do pãozinho.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM APARTE) – V. Exa. foi chefe da fiscalização há mais de oito anos e nesse período nunca chegou um benefício desse a ninguém. Portanto, a partir deste mês de dezembro esse benefício vai chegar a todas as panificadoras do Acre, e eu convido V. Exa para hoje à tarde participar da reunião e contribuir para que isso aconteça.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Deputado Edvaldo Magalhães eu tenho 23 anos de serviço público e entendo que, na discussão política, V. Exa. tenha, inclusive, a obrigação de desvirtuar as discussões. Porque, muitas vezes, V. Exa. está falando para jornalistas que não tem a obrigação de ter o conhecimento técnico, para uma platéia que não conhece de legislação, V. Exa comete inclusive a grosseira de dizer que Decreto é regulamentado. Não é assim, Decreto é regulamento de Lei. De acordo com esse Decreto fica reduzida em 100% a alíquota do trigo comprado diretamente dos moinhos para as panificadoras, excluindo as fábricas de macarrão.

Todavia, a maioria ou a quase totalidade das panificadoras de fundo de quintal não compram dos moinhos, não porque não querem, mas porque os moinhos não vendem para os pequenos, só para as grandes panificadoras no caso os supermercados, a fábrica de macarrão e o Roberto Moura.

Deputado Juarez, aquela panificadora lá em Feijó que compra dez sacos de farinha de trigo não pode comprar da indústria, tem que comprar no seu Joaquim Souza que também não é beneficiário desse Decreto.

Portanto na reunião de hoje à tarde, V. Exa. deve sugerir ao Governador do Estado que dê nova redação ao artigo, aí ele terá amplitude e maior alcance. Pois não adianta vir com esse discurso: “ah, o Deputado Calixto é contra a Miragina”. Todos sabem que não sou. O Deputado Calixto é a favor de tudo, só não é a favor da injustiça contra o pequeno, que não será contemplado com esse Decreto. Eu, já trabalhei com padaria. O Deputado Sérgio Oliveira, inclusive namorou a dona da padaria onde eu trabalhei. Portanto, eu sei que a maioria das padarias aqui são pequenas.
(Sem visão do orador)

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA** (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu também participei dessa solenidade onde estavam presentes vários empresários e vejo que nessa discussão o Deputado Luiz Calixto está cumprindo o papel dele como Deputado de Oposição, o que faz com muita perfeição aqui na Casa. Mas qualquer pessoa em sã consciência sabe que jamais o Governador iria sancionar uma lei no sentido de prejudicar os pequenos empresários. Participamos da solenidade onde o Governo criou esse benefício. Se houve um equívoco,

o Líder do Governo já fez o convite e o Orlando, nosso Secretário, está esperando para que possamos achar uma saída.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM APARTE) – Senhor Presidente, a pior coisa que existe é discutir e fazer afirmações sobre uma base material que não é verdadeira. A melhor forma de dirimir dúvidas é procurar a verdade. A mentira permanece apenas enquanto a verdade não chega. O Decreto Governamental não esmiuça as questões, qual usamos no linguajar popular. Acabei de falar com o Secretário Orlando e ele disse que o Decreto do Governador estabelece a isenção de 100% para compra direta do moinho. E é de competência da Secretaria da Fazenda regulamentar esse artigo. Já foram feitas reuniões com os atacadistas, e todos os proprietários de panificadoras do Estado que comprovarem comprar no atacado serão beneficiados. O Deputado Luiz Calixto poderá tirar suas dúvidas participando das reuniões. Ele deve estar procurando encontrar um defeito que não existe. Se tem uma coisa boa que aconteceu neste final do ano, foi a MP do Bem, onde o Governador Jorge Viana isentou as padarias.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS – EM APARTE) – Deputado Sérgio Oliveira, eu só quero parabenizá-lo pelo início do seu discurso que foi ótimo, quando V. Exa. disse que se houve erro que seja corrigido. Outra coisa importante é que, se nós da Oposição, no caso o Deputado Luiz Calixto, não tivesse trazido o debate para cá, quem ia saber disso? Nós estamos mostrando para a sociedade o que pode acontecer. O Decreto está aqui, está em suas mãos, e ele diz que só serão beneficiados as empresas que comprarem o trigo direto dos moinhos. Eu pediria a V. Exa., que é um homem do povo, mais que eu ainda, que pergunte aos nossos amigos das padarias em janeiro, daqui a um mês, se o preço da farinha do trigo baixou, se o pãozinho baixou. Vou citar um exemplo, Deputado Sérgio Oliveira: o Governo de Goiás fez a mesma coisa com o arroz, ou seja, isentou o arroz e o Senhor sabe quanto passou a custar cinco quilos de arroz Tio Urbano em Goiânia? R\$ 3,50. Então, se isso acontecer no nosso Estado vai ser maravilhoso, porém eu duvido.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Senhor Presidente, quero parabenizar a coerência do seu discurso, quando V. Exa. diz que mesmo numa condicionante, se houver erros, vamos corrigi-los. Eu poderia lhe afirmar, que há erros. Basta que o Governo tenha a humildade de reconhecer, de que esse erro foi constatado por membros da Oposição. Isso já nos contempla. Com relação ao preço, fiz um desafio para que alguém me apontasse uma padaria ou um supermercado, onde o valor de algo foi reduzido. Para quem não tem conhecimento, saiba que o valor do imposto do trigo que antes era de 20%, caiu para 0%. Então, nós deveríamos ter também, uma queda correspondente no preço do pão e da bolacha, o que não ocorreu. Qualquer pessoa consciente sabe que o trigo é um produto que não se pode guardar por muito tempo. E já teve muito tempo para o preço do pão ter baixado. Esse Decreto foi assinado em novembro e estamos na metade do mês de dezembro.

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA** (BPM) – Incorporo o aparte do nobre Parlamentar. Não concordo com o Deputado Luiz Calixto quando diz que isso é lei. O Roberto Moura é um homem muito rico e se o Governo fizesse uma lei para beneficiá-lo pode ter certeza que eu seria contra. Não contra a sua pessoa, porque acho que ele já tem muito dinheiro e não precisa desse tipo de benefício. Agora, cabe a nós denunciarmos ao Procon, se realmente esse imposto for beneficiar os produtores e não a população. Portanto, acho que esse discurso é meramente político. Estive na reunião e fiquei muito feliz em saber que o pão, alimento básico das pessoas carentes, deve baixar de preço.

O outro assunto que gostaria de abordar diz respeito a um diploma, da Ordem do Mérito, que recebemos lá na Assembléia do Amazonas. Fiquei muito feliz e acho que isso é fruto do nosso trabalho. Solicitaram o meu currículo e eu o enviei com relatos do meu trabalho à frente de quatro presidências da Assembléia Legislativa do Estado do Acre. Esse diploma, dedico a todos os Senhores, porque sem a ajuda dos nobres colegas nós não conseguiríamos, jamais esse feito. Graças a Deus, o nosso trabalho foi reconhecido por companheiros de outros Estados.

Outro assunto gostaria de abordar diz respeito ao Ofício do Procurador Regional Eleitoral, Dr. Marcos Vinícius, o qual relata que a Sra. Antonia Lucélia da Cruz Ramos Câmara, a Antônia Lúcia, na eleição passada, esteve aqui e deu muitos calotes nos seus eleitores, e depois sumiu, agora apareceu às vésperas das eleições, enchendo a cidade de outdoor e propagandas ilegais. O pessoal da TV Rio Branco flagrou-a dentro do SEST-SENAT usando aquela estrutura da Prefeitura do Bujari em causa própria. E ela ainda não tendo o que fazer, entrou com uma ação contra os meus pobres ônibus, guerreiros, os 100% popular. Existe uma diferença. Os petecãozinhos estão na rua há onze anos e levam a

todos, independentemente, de partido, levam a enterros, a igreja, a torneios de futebol e não é só na época de eleições.

A Dona Antonia Lúcia que só aparece aqui na época de eleição, deveria sair da ilegalidade. É direito dela como de todos nós. Não adianta ela entrar comigo na Justiça querendo tirar meus ônibus de circulação, porque eu não vou perder nada, ao contrário, vou economizar; com motorista, óleo diesel, mecânico e quem vai perder são as pessoas que eu ajudo. Fui citado pelo Ministério Público Federal, para que me pronuncie a esse respeito. Eu vou dizer que os meus ônibus ajudam as pessoas carentes, há onze anos.

Deputado **ROBERTO FILHO** (PP – EM APARTE) – Deputado, quando o Senhor me mostrou e eu comecei a ler o Ofício, achei até que era brincadeira. Estou preocupado também com as três Kombis que eu tenho e estão a serviço da comunidade do bairro Esperança. Vou mandar apagar o nome das minhas kombis, mas tenho certeza que quem será penalizado será aquele pessoal do Esperança, porque quando tem um velório, eu mando a minha kombi, já com o café, a bolacha, o nescau, tudo. Quem vai ter prejuízo é o pessoal do Esperança. Mas eu tenho certeza que essa defesa que o Senhor fará, vai fazer com que minha kombi continue a serviço do povo acreano.

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA** (BPM) – Isso me pegou de surpresa e achei que a Senhora Antônia Lúcia, no interesse de conseguir seus privilégios, não poderia entrar com uma ação no sentido de me prejudicar. Estou vendo ali o presidente do bairro Santa Cecília. Você imagina se for tirado o ônibus desse bairro? Eu vou fazer diferente, se realmente isso for para a frente e eu tiver que tirar os meus ônibus da rua, vou mobilizar todas as pessoas que usaram esse ônibus e botar lá na frente da chácara da Dona Antônia Lúcia.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Deputada Dinha Carvalho, que ora Preside a Sessão, solicito a V. Exa. que suspenda os trabalhos, antes de entrarmos na Ordem do Dia, para que possamos nos reunir e definir a pauta de votação.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Atendemos a Questão de Ordem do Deputado Edvaldo Magalhães e suspendemos a presente Sessão por tempo indeterminado. (PAUSA)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 95/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Institui o Dia Estadual da Diversidade e adota outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 108/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Institui homenagem fúnebre aos Policiais Civis e Militares que morrerem em missões pela Segurança Pública, no cumprimento do dever e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 129/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Disciplina a economia de energia elétrica em prédios públicos e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 132/2005, de autoria do Deputado Elson Santiago, que “Concede o Título de Cidadão

Acreano ao Senhor Walter Limão Montilha e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 20 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 128/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Cria o Serviço Voluntário de Capelania Carcerária em todos os estabelecimentos do Departamento de Administração Penitenciária do Estado do Acre e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 20 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Resolução n. 14/2005, de autoria do Deputado José Luis, que “Cria o Programa de Coleta Seletiva de Lixo, nas dependências da Assembléia legislativa do Estado do Acre e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 21 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado à Moção de Aplauso n. 29/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que manifesta “Moção de Aplauso à cidadã Maria Lucia Regis pelo sofrimento e esperança vividos no curso da história de sua vida e pelos 30 anos de serviços dedicados voluntariamente às comunidades eclesiais de base, Associações de Bairro, e, especialmente, ao Movimento de Mulheres do Estado do Acre”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 21 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.
A partir de agora as Matérias serão apreciadas em Redação Final.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhora Presidenta, como trata-se de votação em Redação Final, eu solicitaria à Mesa que dispensasse a leitura dos Pareceres.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Acatamos a Questão de ordem do Deputado Luiz Calixto e pedimos ao Secretário que faça a leitura somente das ementas, para que os Parlamentares tenham ciência do que estão votando.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 79/2005, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Torna obrigatória a inclusão no formulário denominado boletim de emergência, utilizado pela rede pública de Saúde, campo específico para registrar suspeita ou confirmação de maus tratos e violência cometidas contra idosos, crianças, adolescente e mulheres”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 21 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.
O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 80/2005, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Institui a semana de prevenção e controle do Câncer de Pele no âmbito do Estado do Acre e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 21 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 83/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Concede o Título de Cidadã Acreana a Ilustríssima Senhora Solange de Souza Facundes e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 21 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) –

Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 90/2005, de autoria do Deputado Pe. Valmir Figueredo, que “Institui no calendário oficial do Estado do Acre, a Semana Estadual do Portador de Alzheimer e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 91/2005, de autoria da Deputada Antonia Sales, que “Cria o programa “Vida Nova à Mulher Mastectomizada” e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 92/2005, de autoria da Deputada Antonia Sales, que “Institui a distribuição gratuita de medicamentos de controle a pacientes portadores de CA, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 94/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Considera de Utilidade Pública a Fundação Lar da Criança Novas de Paz”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 102/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Institui o Dia do Líder Comunitário e adota outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 104/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Determina a inclusão, no acervo das Bibliotecas Públicas do Estado do Acre, as obras literárias dos escritores acreanos e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 22 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 106/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Institui o Programa Paz na Escola”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 110/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Concede Título de Cidadã Acreana a Ilustríssima Professora Izabel Christina Bandeira de Melo e dá outras providências”.
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.
A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida

Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 112/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Excelentíssimo Senhor Roberto Ferreira da Silva e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 113/2005, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Inclui no calendário oficial do Estado do Acre o Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados. Os que forem contra, fiquem de pé. Aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 118/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. João de Souza Lima”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados. Os que forem contra, fiquem de pé. Aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 119/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Francisco Pereira da Frota”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 120/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Dr. Francisco José Maia Guedes”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 122/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Senhor José Carlos dos Reis Meirelles”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 123/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Dr. Jasone Ferreira da Silva”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 124/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Dr. Moisés Ferreira Alencastro e Souza”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 125/2005, de autoria do Deputado Roberto Filho, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Edson Américo Manchini”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 126/2005, de autoria do Deputado Roberto Filho, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Senhor Sérgio Bousquet”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 127/2005, de autoria do Deputado Roberto Filho, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Senhor Menotti Biazoli”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 131/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Luiz Antonio da Conceição”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 132/2005, de autoria do Deputado Elson Santiago, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Walter Limão Montilha”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 133/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Honório Issao Woshihara”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 134/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Allisson Alves Ramalho”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 135/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadã Acreana à Sra. Alcides maria Fischer”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 136/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Erivaldo Sampaio de Oliveira”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 137/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Fausto Mendes Guimarães de Abreu”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 138/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Evaldo de Abreu Curty”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 139/2005, de autoria do Deputado Fernando Melo, que “Concede o Título de Cidadã Acreana a Sra. Edir Figueira Marques de Oliveira”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 140/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Izaías Selhorst”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 141/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Evaristo de Luca”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 142/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Luis Augusto Ribeiro do Vale”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 143/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Itamar Zanin”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 144/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr.

Alcides Teixeira da Rocha”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Face o horário regimental, encerramos a presente Sessão ordinária e convocamos uma Extraordinária para às 13h5 minutos.

53ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 13 de dezembro de 2005

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do **PSDB**; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do **PP**; DELOGEM CAMPOS do **PSB**; DINHA CARVALHO do **PL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; RONALD POLANCO **Sem Partido**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 14/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Acresce dispositivos à Lei Complementar n. 58, de 17 de julho de 1.998, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal para atender as necessidades por tempo limitado de excepcional interesse público, nos termos do inc. X, do art. 27 da Constituição Estadual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 22 votos a favor e 1 contra do Deputado Nogueira Lima.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dez minutos após o término desta.

54ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 13 de dezembro de 2005

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do **PSDB**; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do **PP**; DELOGEM CAMPOS do **PSB**; DINHA CARVALHO do **PL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; RONALD POLANCO **Sem Partido**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 176/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a alinear e ceder os imóveis adquiridos pelo Estado do Acre do BANACRE S/A. - Em Liquidação Ordinária”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados, os que forem contra, fiquem de pé. Aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Está encerrada a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

**55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 13 de dezembro de 2005
Presidência: Deputado HELDER PAIVA
Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do **PSDB**; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do **PP**; DELORGEM CAMPOS do **PSB**; DINHA CARVALHO do **PL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; RONALD POLANCO **Sem Partido**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer Exarado ao Projeto de lei n. 177/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Cria os Programas de “Polos Agroflorestais” e “Quintais Agroflorestais” e autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob condição resolutiva, concessão de direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos Pólos Agroflorestais, para implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**56ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 13 de dezembro de 2005
Presidência: Deputado HELDER PAIVA
Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do **PSDB**; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do **PP**; DELORGEM CAMPOS do **PSB**; DINHA CARVALHO do **PL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; RONALD POLANCO **Sem Partido**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 178/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Altera e acresce parágrafos ao Art. 107 da Lei n. 1.117, de 26 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Ambiental do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

**57ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 13 de dezembro de 2005
Presidência: Deputado HELDER PAIVA
Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA

do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do **PSDB**; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do **PP**; DELORGEM CAMPOS do **PSB**; DINHA CARVALHO do **PL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; RONALD POLANCO **Sem Partido**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 183/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo, em conformidade com a Lei 8.666/93, a vender bens móveis de sua propriedade”.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dez minutos após o término desta.

**58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 13 de dezembro de 2005
Presidência: Deputado HELDER PAIVA
Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do **BPM**; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do **PSDB**; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do **PPS**; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do **PP**; DELORGEM CAMPOS do **PSB**; DINHA CARVALHO do **PL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; RONALD POLANCO **Sem Partido**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 182/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional como Autarquia Estadual, e dá outras providências”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS) – Senhor Presidente, esse Projeto tem um elevado alcance na Administração pública, mas eu acho que poderia ser melhor ainda, se não fosse criados 17 cargos. Tem gerência aqui de cinco mil, seis mil reais. Acho que não há necessidade de se criar esse Instituto. Vai ser mais um cabide de emprego. É por isso que eu declino pela não aprovação do Projeto.

(Sem revisão do orador)

Encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 22 votos a favor e 1 contra do Deputado Nogueira Lima.

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA** (BPM – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Gostaria de fazer um questionamento ao Nobre Deputado Nogueira Lima: como é que o Governo vai administrar se não tiver estrutura?

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Na verdade Deputado Sérgio Oliveira, a Matéria já foi aprovada, o Deputado Nogueira Lima apenas justificou o seu voto.

Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães
Vice-Presidente: Delorgem Campos
Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.
Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva
Vice-Presidente: Francisco Viga
Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO,
TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA
E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.
Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão
Vice-Presidente: José Vieira
Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.
Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA,
FOMENTO, AGROPECUÁRIA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís
Vice-Presidente: Roberto Filho
Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.
Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA,
LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Luiz Gonzaga
Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Dinha Carvalho
Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.
Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima
Vice-Presidente: Hélio Lopes
Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.
Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:
Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.